

COMUNICADO DE IMPRENSA

Barragem de Odelouca – A verdade dos factos

As recentes declarações do Sr. Ministro do Ambiente na cerimónia oficial do fecho da primeira comporta da Barragem de Odelouca (Algarve) criticando a actuação “daqueles que levaram à suspensão do projecto” justificam esta nota (e lembrete) da LPN.

A Comissão Europeia, recorde-se, na sequência da queixa apresentada pela LPN em 1998, e após anos de diálogo com as autoridades portuguesas, bloqueou o financiamento ao projecto da barragem de Odelouca em 2003 por se ter provado que existem melhores alternativas para o fornecimento da água, compatíveis com as políticas ambientais da EU e, conseqüentemente, a destruição do vale de Odelouca não seria aceitável à luz da legislação ambiental Europeia.

Em causa estiveram a violação não apenas da Directiva Habitats (independentemente de todos os planos, medidas de minimização, de compensação, de sobrecompensação de monitorização ou de estudos complementares, a destruição de habitats naturais e de valores de conservação no Sítio PTCON0037 “Monchique”, proposto por Portugal para integrar a Rede Natura 2000, é irreversível), mas também da Directiva-Quadro da Água, já que, no entender da LPN, o compromisso de assegurar a boa qualidade das massas de água até 2015, dificilmente poderá ser cumprido com as decisões políticas que têm sido tomadas nesta matéria. É ainda curioso que os impactes desta barragem não tenham sido reconhecidos como uma questão significativa para o Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Algarve, no âmbito da consulta pública recente sobre esta matéria.

Dado que o Governo insistiu na construção da barragem de Odelouca, para além da desnecessária destruição do património natural, esta solução acarretou enormes custos financeiros, uma vez que, não podendo tirar partido de fundos comunitários a obra foi feita com financiamento nacional.

A concretização desta obra é assim, no entender da LPN, mais um contributo para o descrédito das instituições europeias, bem como das suas Directivas, colocando-se em causa os objectivos que estiveram por trás da sua criação. Reflecte também a inexistência, por parte deste governo, de uma estratégia correcta de utilização e conservação dos recursos naturais do país. Um governo que só sabe recorrer a grandes obras e não mostram capacidade de inovar e procurar alternativas mais eficientes e mais amigas do ambiente.

A LPN, saliente-se, defende com empenho a necessidade de fornecer água de qualidade em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades de consumo de todos os residentes e visitantes do Algarve. No entanto, ao contrário da imagem que tem passado para o público, é falso que a barragem seja necessária para atingir esse objectivo. Uma exploração sustentável dos aquíferos de boa qualidade existentes no Barlavento, associada a uma política de bom senso na utilização da água, garantiria que este recurso nunca faltaria no Algarve.

A construção desta barragem tem por detrás o objectivo de libertar água do aquífero de Querença-Silves e das outras albufeiras para a irrigação, nomeadamente de campos de golfe.

A irrigação na zona de infiltração e de maior recarga daquele aquífero, terá, note-se, conseqüências graves para a qualidade da água do mesmo.

É pois necessária uma reflexão alargada sobre a relação custos benefícios da construção de mais barragens no nosso país, bem como a adopção de uma posição política acerca da realização de transvases.

A LPN gostaria ainda de deixar algumas reflexões sobre os impactes gerais das barragens no nosso país, onde o abastecimento eléctrico se encontra largamente dependente da produção hidroeléctrica e onde a construção de grandes barragens é ainda vista como sinónimo de modernidade e avanço tecnológico, quando se trata de uma medida ineficiente face aos enormes custos ambientais e sociais que acarreta.

O impacte ambiental

Actualmente, as grandes barragens são consideradas como uma forma de produção de electricidade altamente nefasta para o ambiente. Entre os seus principais impactos encontram-se:

- a submersão de habitats existentes nos vales e desaparecimento de espécies ameaçadas de fauna e flora;
- a redução de nutrientes, originando uma perda gradual da fertilidade dos solos situados a jusante e da zona costeira com a redução dos recursos pesqueiros;
- a retenção de sedimentos reduzindo o volume útil e eficácia da barragem e contribuindo para a erosão costeira;
- isolamento de populações animais (impedindo, por exemplo, a reprodução de peixes migradores);
- diminuição da qualidade da água de um rio, devido ao aumento da temperatura, e conseqüente diminuição do oxigénio dissolvido, e ao armazenamento de compostos de azoto e fósforo;
- desenvolvimento excessivo de cianobactérias com graves conseqüências do ponto de vista da saúde pública, associado a um elevado período de residência da água;
- a produção de gases produtores de efeito de estufa através da deterioração da matéria orgânica submersa, que contribuem significativamente para as alterações climáticas.

O impacte social

As grandes barragens apresentam também graves conseqüências sociais, uma vez que:

- provocam a inundação de terrenos agrícolas de elevada fertilidade;
- levam à deslocação de inúmeras populações humanas (entre 40 e 80 milhões de pessoas em todo o mundo);
- provocam o empobrecimento económico e cultural das comunidades deslocadas.

As populações atingidas deparam-se normalmente com um amplo espectro de riscos de empobrecimento, que passam pela perda de terras, falta de emprego, perda de habitações, marginalização, aumento da morbidez e desarticulação da comunidade, que pode resultar numa impossibilidade de recuperação sócio-cultural. De um modo mais global, sociedades inteiras têm perdido o acesso a recursos naturais e heranças culturais que foram submersos por barragens.

Lisboa, 28 de Agosto de 2009

Direcção Nacional da Liga para a Protecção da Natureza

Para mais informações contactar: Alexandra Cunha: 962555685; Carlos Teixeira: 969123210

Sobre a LPN:

A LPN é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), fundada em 1948, sendo a associação de defesa do ambiente mais antiga da Península Ibérica. É uma Associação sem fins lucrativos com estatuto de Utilidade Pública. Tem como objectivo principal contribuir para a conservação do património natural, da diversidade das espécies e dos ecossistemas (ver www.lpn.pt).